

PROJETO DE LEI Nº 87/2021

Dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a oferta do conhecimento básico da Língua Brasileira de Sinais – Libras, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei torna obrigatória inclusão nos currículos do ensino fundamental e médio o conhecimento básico da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Art. 2º. O prazo para que os sistemas de ensino cumpram as exigências estabelecidas no art. 1º é de 1 (um) ano contados a partir da data da publicação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 04 de maio de 2021.

ENER BATISTA MORAIS MOREIRA
Vereador

JUSTIFICATIVA

De acordo com o IBGE, 9,7 milhões de brasileiros são surdos ou têm deficiência auditiva.

Como a disciplina de Línguas Estrangeira (LE) é importante na formação de um cidadão, a introdução da Língua Brasileira de Sinais também ajudaria muito na construção de um cidadão participativo na comunidade e consciente em relação às diferenças.

Com o ensino da LIBRAS os alunos aprenderiam o básico da comunicação dos surdos e assim, estariam mais familiarizados quando for incluído um aluno ou futuramente um colega de trabalho.

A educação inclusiva é, desde a década de 1990, o paradigma educacional vigente no Brasil. Há normas que garantem o acesso e a permanência dos alunos com deficiências no sistema regular de ensino, bem como garantem professores com formação específica para atender esses alunos. **As pesquisas da área especializada evidenciam que um dos aspectos mais importantes para a efetivação da educação inclusiva no cenário é participação de todos no processo, principalmente dos alunos.**

Salas de aula inclusivas dependem da aceitação e da integração dos alunos. **Crianças que possuem conhecimentos básicos em libras (Língua Brasileira de Sinais), mesmo não possuindo deficiência, participam mais do processo de inclusão, facilitando o acolhimento e desenvolvimento dos colegas e, como ganho de mão-dupla, desenvolvendo diferentes habilidades pessoais de comunicação e de inclusão em espaços sociais diversificados.**

Uma vez que os alunos com necessidades especiais na educação podem e devem, em sua maioria, ser atendidos nas salas de aula comuns, é de grande relevância que todos os alunos recebam, ao menos em formato básico, conhecimentos em libras.

A LDB, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996** em seu artigo 26º, diz:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

Criada em 24 de abril de 2002, a **lei 10.436**, reconhece a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como segunda língua oficial no Brasil, além de meio legal de comunicação e expressão. Afinal Libras é uma língua e não linguagem.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002

**Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais
- Libras e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras, a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A lei também determina que o poder público deva apoiar seu uso e difundir a língua.

Art. 2º - Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Assim, aprovar esta lei significa consonância com duas leis federais já aprovadas e em uso há vários anos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta importante proposição.

Itaúna, 04 de maio de 2021.

ENER BATISTA MORAIS MOREIRA
Vereador